



**PREFEITURA  
MUNICIPAL  
DA LAPA**

Praça Mirazinha Braga, 87 – Centro  
CEP 83.750-000 – (41) 3547.8000  
[www.lapa.pr.gov.br](http://www.lapa.pr.gov.br)

Ofício nº 385/2024 - GAB

Lapa, 09 de Agosto de 2024.

Senhor Presidente:

Encaminho, para apreciação, Projeto de Lei nº 84/2024, que dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial, por Excesso de Arrecadação, referente a dano causado no vidro do veículo de propriedade da Sr.<sup>a</sup> Maria Angelita Ukan Gribner.

Sem outro motivo, subscrevo-me,

Cordialmente



Assinado digitalmente por:  
**DIEGO TIMBIRUSSU  
RIBAS:04222448990**  
09/08/2024 10:26:44

**DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS**

Prefeito Municipal

*Ao jurídico para providências.*

*09/08/2024*

Câmara Municipal da Lapa - PR



**PROTOCOLO GERAL 1505/2024**  
Data: 09/08/2024 - Horário: 10:57  
Legislativo - PLO 84/2024

Ilmo. Sr.  
**MÁRIO JORGE PADILHA SANTOS**  
Presidente da Câmara Municipal  
Lapa – Pr.





**PROJETO DE LEI Nº 84, DE 09 DE AGOSTO DE 2024**

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial, por Excesso de Arrecadação, referente a dano causado no vidro do veículo de propriedade da Sr.<sup>a</sup> Maria Angelita Ukan Gribner.

O Prefeito Municipal da Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, apresenta à consideração da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Especial até o limite de R\$ 480,00 (Quatrocentos e Oitenta Reais), distribuídos na seguinte dotação orçamentária:

06 Secretaria de Educação

06.01 Secretaria de Educação

12.122.0012.2265 Manutenção da Atividades Operacionais de  
Secretaria de Educação e Extensões e Rede de Ensino

1747: 3.3.90.93.00.00.000 – Indenizações e Restituições

R\$ 480,00

**TOTAL**

**R\$ 480,00**

Art. 2º - Para dar cobertura no Crédito Autorizado no artigo anterior será utilizado o:

Excesso de Arrecadação da fonte 000, conta nº 31.249-5

R\$ 480,00

**TOTAL.....**

**R\$ 480,00**

Art. 3º - Fica revogada a Lei nº 4273, de 18.07.2024.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor após sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 09 de Agosto de 2024.

**DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS**

Prefeito Municipal





**JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI Nº 84, DE 09 DE AGOSTO DE 2024**

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Venho por meio deste, submeter a essa Egrégia Câmara de Vereadores, o presente Projeto de Lei, que tem por finalidade a abertura de Crédito Adicional Especial, até o limite de R\$ 480,00 (Quatrocentos e Oitenta Reais).

Informo que este valor já foi apresentado no Projeto de Lei nº 74 de 09/07/2024 e sancionado através da Lei nº 4273, de 18.07.2024 por Crédito Adicional Suplementar, justifico, porém, que o Crédito Adicional deve ser Especial.

Portando, apresento à consideração o presente Projeto de Lei que autoriza a abrir no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Especial, para que o Município possa dar sequência no Acordo Extrajudicial autorizado por meio da Lei nº 4272, de 18 de Julho de 2024.

Os fatos que justificam a abertura de crédito, são os mesmos já apresentados anteriormente, conforme segue abaixo:

No dia 01/04/2024, no Bairro Olaria, a equipe de manutenção do CMEI Maria de Lourdes Ferraz Leonardi, ao realizar o serviço de roçada no referido imóvel, quebrou o vidro do veículo StepWay/Sandero, de placa AXC7B67, de propriedade da requerente Maria Angelita Ukan Gribner. Para tanto, provou-se o fato mediante fotografias realizadas após o evento. Ainda, a requerente incluiu o orçamento de três fornecedores, cujo preço menor foi orçado em R\$ 480,00.

Após tal alegação, a Secretaria de Educação, através de sua Secretária, Neuzeli Schmidt Camargo, confirmou a tese da requerente e reiterou que o dano foi causado por uma pedra lançada pela equipe de manutenção do CMEI Maria de Lourdes Ferraz Leonardi durante a roçada da propriedade, apesar dos equipamentos utilizados pela equipe.

Sendo assim, entende-se pelo ressarcimento do dano através do pagamento de orçamento de menor valor, por via de acordo extrajudicial. Isso







porque, tendo em vista que o Município não conta com uma lei própria sobre o trâmite para pagamento de ressarcimento de danos, considera-se a necessidade de que a Câmara Municipal autorize tal dispêndio.

Os valores relativos a esta suplementação, serão efetivados pelo Excesso de Arrecadação, constante no artigo 2º deste Projeto de Lei.

Contando com vossa qualificada análise e ciente do intuito de cooperação, aguardo a aprovação deste pleito.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 09 de Agosto de 2024.

**DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS**

Prefeito Municipal







**LEI Nº 4272, DE 18 DE JULHO DE 2024**

**SÚMULA:** Autoriza a assinatura de acordo extrajudicial a ser firmado entre Município e a Sra. Maria Angelita Ukan Gribner.

A Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, APROVOU, e eu Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a assinatura de acordo extrajudicial a ser firmado entre o Município da Lapa e a Sra. Maria Angelita Ukan Gribner, a fim de reparar os danos causados pela equipe de manutenção do CMEI Maria de Lourdes Ferraz Leonardi, no veículo StepWay/Sandero, de placa AXC7B67, durante o serviço de roçada, no menor valor orçado.

Art. 2º - O acordo extrajudicial em anexo é parte integrante desta Lei.

Art. 3º - Os recursos para pagamento do Acordo Extrajudicial são oriundos da seguinte dotação orçamentária:

06 Secretaria de Educação

06.01 Secretaria de Educação

12.122.0012.2265 Manutenção da Atividades Operacionais de Secretaria de Educação e Extensões e Rede de Ensino

1747: 3.3.90.93.00.00.000 – Indenizações e Restituições - R\$ 480,00

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lapa, em 18 de Julho de 2024.

Diego Timbirussu Ribas  
Prefeito do município da Lapa





## ANEXO

### ACORDO EXTRAJUDICIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 8414/2024

Aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se as PARTES abaixo qualificadas, para firmarem o presente Acordo Extrajudicial nas condições que seguem:

**I – O Município da Lapa**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 76.020.452/0001-05, representada neste ato pelo Secretário Municipal de Administração, Sr. *Neuzeli Schmidt Camargo*, brasileiro, (divorciada), inscrito no CPF sob o nº 029.561.559-11, portador da Cédula de Identidade - RG nº 7.083.534-7, residente e domiciliado na RUA: Joaquim Linhares de Lacerda, nº 1272, Centro, Lapa - PR, e;

**II – Maria Angelita Ukan Gribner**, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 036.107.039-03, portadora da Cédula de Identidade – RG nº 8042 0129, residente e domiciliada na Rua Marinaldo do Rocio Cortes Berghauser, nº 51, Centro, Lapa-PR;

Considerando que a culpa pelo acidente (quebra de vidro de veículo) foi do MUNICÍPIO;

Considerando que o custo para reparar os danos causados ao veículo de propriedade de MARIA ANGELITA UKAN GRIBNER, orçado, no menor valor apresentado, em R\$ 480,00 (Quatrocentos e oitenta reais), resolvem firmar o seguinte acordo:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente acordo tem como finalidade promover a indenização de MARIA ANGELITA UKAN GRIBNER, conforme Parecer Jurídico nº 286/2024, a fim de reparar os danos decorrentes de acidente envolvendo o seu veículo, modelo StepWay/Sandero, de placa AXC7B67, e a equipe de manutenção da Secretaria de Educação.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O MUNICÍPIO pagará a MARIA ANGELITA UKAN GRIBNER, o valor de R\$ 480,00 (Quatrocentos e oitenta reais), à título de indenização pelos danos suportados, pagos em até 30 dias da publicação do projeto de lei pela Câmara.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUITAÇÃO PLENA

O recebimento do valor estabelecido na Cláusula Segunda, do presente ACORDO EXTRAJUDICIAL, importa em total quitação ao MUNICÍPIO pelo ressarcimento sobre





danos causados a qualquer título para nada mais reclamar, em juízo ou administrativamente.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PELA CÂMARA MUNICIPAL**

O presente acordo somente produzirá efeito após sua autorização pela Câmara Municipal, através da aprovação e publicação do projeto de lei.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO FORO**

As PARTES elegem neste ato como único competente para a solução de questões ou de interpretações divergentes com base neste instrumento que, amigavelmente, não puderem resolver, o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Lapa - PR, com expressa renúncia, por si e seus sucessores, de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordes, depois de lido e achado conforme, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor, que vai assinado por duas testemunhas.

Lapa-PR, 13 de maio de 2024.



Assinado digitalmente por:  
**DIEGO TIMBIRUSSU**  
**RIBAS:04222448990**  
18/07/2024 15:07:47

**MUNICÍPIO DA LAPA**

*NEUZELI SCHMIDT CAMARGO*

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**MARIA ANGELITA UKAN GRIBNER**

**TESTEMUNHA 01: ALBENIR CAMARGO RIBAS**

CPF: 100.862.399-70

**TESTEMUNHA 02: CAMILA BARBOSA PINTO**

CPF: 061.762.349-05





REQUERIMENTO

REPÚBLICA MUNICIPAL

PROTÓCOLO Nº 8414/2024

RECEBIDO EM 04/04/24

HORAS 11.43h

ASSINATURA

Eu, Maria Angelita Uken Gubner

portador (a) do RG nº 8042 0129 e CPF nº

036.107.03.903 residente e domiciliado (a) em

Manoel de Lencas C. Berghauer nº 51, venho

por meio deste solicitar o Ressarcimento de danos de

veículo STELLA/Sandra, placa AXL 7 B67, que

foi roubado pelo pessoal da limpeza (Albenir) no

dia 1 de Abril de 2024, mais ou menos 10:00hrs da

manhã. Segue em anexo 03 documentos e fotos.

Lapa 04 de Abril de 2024

Maria Angelita Uken Gubner

Assinatura

Telefone para contato:

(41) 99666.8676 e 99520.1509  
Angelita Augusto





DADOS ADICIONAIS	
<b>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</b>  I - "DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL"; II - "NAO GERA DIREITO A CREDITO FISCAL DE ICMS, DE ISS E DE IPF".  Voce pagou aproximadamente: R\$ 41,95 de tributos federais R\$ 91,20 de tributos estaduais Fonte: IBPT/empresometro.com.br D8CAG2	RESERVADO AO FISCO



Assinado de forma digital por  
WANDERLEY METZ  
MOREIRA:03677587000166  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=PR, l=Lapa,  
ou=AC SOLUTI Multipla v5,  
ou=38038006000120, ou=Presencial,  
ou=Certificado PJ A1, cn=WANDERLEY  
METZ MOREIRA:03677587000166  
Dados: 2024.04.01 11:09:35 -03'00'



LAGARTO PINTURAS LTDA

CNPJ: 52.088.180/0001-09 IE: 9102570640 Fone:(41)9501 3558

Endereço: ROD DO XISTO BR 476 KM 196, nº 3101, DOM PEDRO II, LAPA - PR

Data: 03/04/2024

**ORÇAMENTO Nº:86**

Cliente: MARIA ANGELITA UKAN GRIBNER

CPF/CNPJ: 036.107.039-03

DADOS DOS PRODUTOS					
Cód.	Descrição	Qtde	Un	VI Unit	VI Total
312	VIDRO PORTA/JANELA DIANTEIRA ESQUERDA SANDERO 2012.../	1	UN	346,00	346,00
55	MAO DE OBRA (VALOR DE ACORDO COM O SERVIÇO REALIZADO)	1	UN	80,00	80,00

FORMA DE PAGAMENTO	
Total Produtos R\$	426,00
Total R\$	426,00
FORMA PAGAMENTO	VALOR
Dinheiro	426,00

**Observações:**SANDERO STEPWAY BRANCO PLACAS AXC7B67



























152-23-01888

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

NOME  
**MARIA ANGELITA UKAN GRIBNER**

ALIAÇÃO  
MIGUEL UKAN  
LUCIA WALECHINSKI UKAN

DATA NASCIMENTO 20/05/1980 NATURALIDADE LAPAPE  
ÓRGÃO EMISSOR DPR

*Maria Angelita Ukan Gribner*  
ASSINATURA DO TITULAR

**CARTEIRA DE IDENTIDADE**

LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983

REGISTRO GERAL 8.042.012-0 DATA DE EXPEDIÇÃO 13/09/2023  
REGISTRO CIVIL  
COMARCA-LAPAPE, DA SEDE  
C.CAS-499, LIVRO-152, FOLHA-152

POLEGAR DIREITO

*MARCUS VINÍCIUS DA COSTA BIELOTTI*  
ASSINATURA DO DIRETOR

**VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

NÃO PLACAR

 **Ministério da Fazenda**  
**Receita Federal**



**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF**

Número  
**036.107.039-03**

Nome  
**MARIA ANGELITA UKAN GRIBNER**

Nascimento  
**20/05/1980**







## Relatório

Prezados,

Referente aos acontecimentos descritos pela requerente do Processo Administrativo nº 8414/2024, e o relatado pela equipe de manutenção, segue relatório informativo dos fatos:

No dia 01/04/2024, durante um serviço de roçada, realizado pela Equipe de Manutenção da Secretaria Municipal de Educação, no CMEI Maria de Lourdes Ferraz Leonardi, bairro Olaria, apesar dos equipamentos de proteção utilizados pela equipe, o carro de Maria Angelita Ukan Gribner foi acidentalmente atingido por uma pedra, proveniente dos serviços que estavam sendo prestados no local, e quebrou um dos vidros do veículo. Os documentos anexo, bem como a narrativa das partes, comprovam o ocorrido.

Quanto a substituição do vidro quebrado, a proprietária optou pela empresa que apresentou a menor cotação. Porém, no momento da troca, foi constatado outro dano decorrente do acidente (máquina do vidro, conforme nota fiscal), necessitando assim a substituição de uma peça, para efetivar o conserto.

Conforme os documentos comprobatórios, o valor total devido à senhora Maria Angelita, é de R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais).

Atenciosamente,

Assinado eletronicamente por:  
**NEUZELI SCHMIDT  
CAMARGO**  
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO  
19/04/2024 16:33:46  
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.

**Neuzeli Schmidt Camargo**  
Secretária de Educação







**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

**Origem:** PD nº 8414/2024;

**Assunto:** Indenização por dano material; responsabilidade extracontratual do Município; acordo extrajudicial;

**Interessados:** Secretaria Municipal de Educação; Maria Angelita Ukan Gribner;

**PARECER INSTRUTÓRIO Nº 286/2024**

**1. SÍNTESE FÁTICA**

Analisa-se no presente Parecer a requisição de indenização por danos materiais apresentada por Maria Angelita Ukan Gribner.

A notificante alegou que no dia 01/04/2024, no bairro da Olaria, a equipe de manutenção do CMEI Maria de Lourdes Ferraz Leonardi, ao realizar o serviço de roçada no referido imóvel, quebrou o vidro do veículo StepWay/Sandero, de placa AXC7B67, de propriedade da requerente Maria Angelita Ukan Gribner.

Para tanto, provou-se o fato mediante fotografias realizadas após o evento. Ainda, a requerente incluiu o orçamento de três fornecedores, cujo preço menor foi orçado em R\$ 480,00.

Após tal alegação, a Secretaria de Educação, através de sua Secretária, Neuzeli Schmidt Camargo, confirmou a tese da requerente e reiterou que o dano foi causado por uma pedra lançada pela equipe de manutenção do CMEI Maria de Lourdes Ferraz Leonardi durante a roçada da propriedade, apesar dos equipamentos utilizados pela equipe.

A notificante não apresentou documento de identidade ou documento do veículo (RENAVAM).

**2. PARECER INSTRUTÓRIO SEM VINCULAÇÃO**

Cumpramos ressaltar que a função deste Diretor-Geral de elaborar manifestações opinativas, em hipótese alguma com poder vinculativo e decisório, ocorre sob orientação e delegação do Procurador-Geral, com a





finalidade de instrução de Secretarias e Departamentos, não se adentrando nas competências dos Procuradores Municipais.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, ressalta-se que este Parecer não se presta a analisar a eventual responsabilização dos servidores envolvidos no fato, ou mesmo no ajuizamento de ação de regresso. Se necessárias, essas diligências ocorrerão após a resolução do caso em exame, em processo administrativo apropriado, com o fim de requerer o ressarcimento ao erário público dos servidores que deram causa ao prejuízo, em caso de comprovação de dolo ou culpa.

Realizada tal ressalva, parte-se para a análise da responsabilidade do Município.

Tradicionalmente, a responsabilidade extracontratual dos entes públicos se dá pela forma objetiva, em estrita observância da “Teoria do Risco Administrativo”.

Em síntese, a responsabilidade objetiva imputa ao responsável o pagamento das indenizações devidas, **independentemente da comprovação de seu dolo ou culpa**. A mera **comprovação do nexó causal entre a sua atuação e a ocorrência do dano já exige a responsabilidade pela indenização**. Desse modo, privilegia-se a compensação aos indivíduos lesados pela atividade do Estado, sem que se exija a confirmação de dolo ou culpa.

Nesse sentido, José dos Santos Carvalho Filho assevera:

Das doutrinas civilistas e após a teoria da culpa no serviço, o direito dos povos modernos passou a consagrar a teoria da responsabilidade objetiva do Estado.

Essa forma de responsabilidade dispensa a verificação do fato culpa em relação ao fato danoso. Por isso, ela incide em decorrência de fatos lícitos ou ilícitos, bastando que o interessado comprove a relação causal entre o fato e o dano.

Não há dúvida de que a responsabilidade objetiva resultou de acentuado processo evolutivo, passando a conferir maior benefício ao lesado, por estar dispensado de provar alguns elementos que dificultam o surgimento do direito à reparação dos prejuízos, como, por exemplo, a identificação do agente, a culpa deste na conduta administrativa, a falta do serviço etc. (**Manual de Direito Administrativo**. Ed. 35. Barueri: Atlas, 2021. p. 565, 566).

No âmbito constitucional, esta teoria se consubstancia no art. 37, § 6º:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:







§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Nesse sentido, também é o entendimento jurisprudencial:

ARTIGO 37, §6º, DA CARTA MAGNA. RESPONSABILIDADE OBJETICA QUE PRESCINDE A DEMONSTRAÇÃO DE CULPA E RESPONSABILIDADE SUBJETIVA EM QUE A DEMONSTRAÇÃO DA CULPABILIDADE SE DEMONSTRA ESSENCIAL. INDISPENSÁVEL A COMPROVAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE TANTO EM UMA QUANTO EM OUTRA. (TJPR –2ª CC - AC n 1465511-5 – Relator: Des. Silvio Dias – Data: 29/03/2016).

A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público, responsabilidade objetiva, com base no risco administrativo, ocorre diante dos seguintes requisitos: **a) do dano; b) da ação administrativa; c) e desde que haja nexos causal entre o dano e a ação administrativa**

Quanto aos requisitos da responsabilidade objetiva, está patente a ocorrência do fato administrativo (atividade de limpeza nas instituições de ensino) e do dano (quebra do vidro do veículo).

De mesmo modo, é nítido o nexos causal entre a atividade estatal e o dano ocorrido, tendo em vista que tanto a vítima notificante quanto a Secretaria envolvida nesse evento confirmam que a quebra do vidro se deu em razão da atividade de limpeza municipal.

Além disso, não há qualquer prova que demonstre a possibilidade de que tal dano tenha sido causado por terceiro, ou mesmo que o notificante possui culpa concorrente ou exclusiva quanto ao dano causado.

Assim, reconhece-se a culpa do Município quanto à quebra do vidro do veículo. Entretanto, diante das informações apresentadas até o presente momento, não ficou esclarecido se a suposta danificação da máquina do vidro — trocada no valor de R\$ 180,00 — também foi de responsabilidade do Município.

Ora, é notório que a pedra lançada pela equipe de manutenção do CMEI quebrou o vidro do carro da notificante. Contudo, salvo melhor juízo, não se verifica o nexos de causalidade entre o lançamento da pedra supracitada e a danificação da máquina do vidro quebrado, o qual costumeiramente fica acoplado em compartimento interno da porta do veículo. Registra-se também que a notificante apresentou três orçamentos para a troca do vidro, mas apenas um orçamento para a troca dessa máquina.





Por isso, em um primeiro momento, recomenda-se o pagamento indenizatório apenas do valor referente à troca do vidro, em R\$ 300,00, **cabendo à Gestora a decisão quanto ao pagamento do valor restante** — caso se considere que a troca da referida máquina também restou justificada, ou que é necessária uma nova diligência da requerente, de modo a comprovar o nexo de causalidade entre o dano e a conduta administrativa.

Por fim, quanto à troca do vidro do veículo, considera-se adequado o pagamento da indenização, haja vista a prevalência da teoria do risco administrativo e o evidenciado nexo de causalidade entre a atividade do Município e o dano causado à vítima notificante.

Sendo assim, entende-se pelo ressarcimento do dano através do pagamento de orçamento de menor valor, **por via de acordo extrajudicial**. Isso porque, tendo em vista que o Município não conta com uma lei própria sobre o trâmite para pagamento de ressarcimento de danos, considera-se a necessidade de que a Câmara Municipal autorize tal dispêndio.

**Portanto, compreende-se que deva ser realizado um acordo extrajudicial com o Interessado, o qual deverá ser enviado à Câmara Municipal, através de projeto de Lei, para votação por aquela Casa.**

No entanto, de forma preliminar e condicionante à realização deste pagamento, recomenda-se a anexação de cópia do RENAVAM do veículo e do documento oficial de identificação da vítima notificante, de modo a comprovar documentalmente neste processo que a notificante é a real proprietária do veículo.

#### **4. CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Procuradoria opina pela teoria esculpida no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, que determina ao município a indenização pelos danos causados a terceiros via responsabilidade objetiva.

Sendo assim, entende-se pelo ressarcimento do dano através do pagamento de orçamento de menor valor, por via de acordo extrajudicial.

Entretanto, diante das informações apresentadas até o presente momento, não ficou esclarecido se a suposta danificação da máquina do vidro — trocada no valor de R\$ 180,00 — também foi de responsabilidade do Município, de







modo que se recomenda o pagamento indenizatório apenas do valor referente à troca do vidro, em R\$ 300,00, cabendo à Gestora a decisão quanto ao pagamento do valor restante — caso se considere que a troca da referida máquina também restou justificada, ou que é necessária uma nova diligência da requerente, de modo a comprovar o nexo de causalidade entre o dano e a conduta administrativa.

Além disso, tendo em vista que o Município não conta com uma lei própria sobre o trâmite para pagamento de ressarcimento de danos, entende-se que deve haver autorização legislativa específica para tal dispêndio.

Por fim, de forma preliminar e condicionante à realização deste pagamento, recomenda-se a anexação de cópia do RENAVAM do veículo e de documento oficial de identificação da vítima notificante, de modo a comprovar documentalmente neste processo que o notificante é o real proprietário do veículo.

Lapa, datado e assinado eletronicamente.

**JOÃO MARCOS HODECKER DE ALMEIDA**  
Diretor-Geral da Procuradoria do Município  
OAB/PR Nº 120.123

Acolho as conclusões do PARECER nº 286/2024, de autoria do Diretor-Geral da Procuradoria do Município, João Marcos Hodecker de Almeida, pelos motivos de fato e de direito ali consignados.

Restitua-se o expediente ao setor de origem para conhecimento e ulteriores providências.

Lapa, datado e assinado eletronicamente.

**RICARDO GUANABARA PREVEDELLO – OAB/PR 55.168**  
PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO



Assinado eletronicamente por:  
**JOÃO MARCOS HODECKER  
DE ALMEIDA**  
DIRETOR GERAL DA  
PROCURADORIA  
23/04/2024 10:03:24

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.



Assinado eletronicamente por:  
**RICARDO GUANABARA  
PREVEDELLO**  
PROCURADOR GERAL DO  
MUNICÍPIO  
23/04/2024 15:17:23

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.

Procuradoria-Geral do Município - Fone: (41) 3622-0341

